

APRESENTAÇÃO

Simone da Silva Ribeiro Gomes¹

Marcia Rangel Candido²

Talita São Thiago Tanscheit³

Embora a organização de ações coletivas de mulheres exista, pelo menos, desde o início do século XIX, nos últimos anos alguns fatores caracterizam uma projeção singular do feminismo, em especial na América Latina. Protestos em massa, episódios extremos de violência política, inserção feminina em cargos executivos majoritários, instituição de leis de cotas para candidaturas de grupos sociais sub-representados no Legislativo, discursos misóginos de líderes das Novas Direitas, expansão do nicho de estudos de gênero nas universidades e no mercado editorial são pontos que corroboram transformações conjunturais em diferentes países da região; além de alinharem os movimentos sociais, o Estado e os partidos políticos como esferas de conflito e de contestação da dominação masculina.

As amplas manifestações de mulheres ao redor do mundo em contrariedade a pautas reacionárias e à ascensão de governos de direita, por sua vez, têm sido definidas como uma nova onda do movimento feminista, que está no centro de um terreno em mutação na democracia contemporânea. Em paralelo, livros que são sucesso de comercialização se perguntam “como as democracias morrem” (e.g. LEVISTKY e ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018), ou buscam explicar de que maneira os pleitos recentes têm consagrado

¹ Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição. E-mail : s.ribeirogomes@gmail.com.

² Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail : marciarangelcandido@gmail.com.

³ Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj) e Professora Substituta no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ifcs-Ufrj). E-mail: talitastt@gmail.com.

políticos autoritários, desconsiderando “gênero” como uma variável importante de análise (SCHWINDT-BAYER, 2018, p.3).

A inexpressiva atenção às relações de gênero como marcadores decisivos de compreensão da vida social e política não é fenômeno novo, mas é possível sugerir que ele segue perpetuado nas ciências sociais por diversos fatores, dos quais ressaltamos dois: por um lado, o ensino dos clássicos a estudantes de graduação e pós-graduação não costuma incluir perspectivas que confrontaram os papéis tradicionais de gênero já no século XIX (ver, dentre outras, TRISTAN, 1848; WOLLSTONECRAFT, 2016). As pessoas em formação nessas disciplinas, se pouco afeitas à procura de outras fontes de estudo, tendem a não ter contato com ideias pertinentes na história do pensamento político e social, sobretudo no que toca ao entendimento das desigualdades de gênero na conformação do estado moderno. A base dos discentes, conseqüentemente, é formulada como se praticamente não houvesse críticas substanciais à posição subjugada que as mulheres ocupavam na sociedade em tempos passados. A produção de autoras que circulavam princípios pioneiros do feminismo é preterida por cânones que descreviam a população feminina como inapta ao exercício da razão e da participação nos espaços públicos.

Por outro lado, panoramas recentes mostram que há certa “generificação” e “racialização” das temáticas debatidas nas grandes áreas das ciências sociais. A ciência política, que sobressai como exemplo, tardou a abrir espaço para o desenvolvimento dos estudos de gênero no seu interior (MATOS, 2016), e reproduz um perfil profissional mais *masculino* e *branco* quando comparada à sociologia e à antropologia no Brasil (CANDIDO, FERES JÚNIOR e CAMPOS, 2019). Ademais, publicações recentes elucidam assimetrias internas à própria disciplina, com homens em maior proporção nos tópicos que possuem preferência nos periódicos mais prestigiados, enquanto mulheres predominam nos estudos de gênero, ou negros nas discussões sobre raça, ainda alijados de reconhecimento e interlocução pela totalidade dos meios acadêmicos (KEY e SUMMER, 2019; REID e CURRY, 2019; TODD, 2019)

O exercício de legitimar reflexões sobre política e sociedade que possuam um viés de gênero requer, portanto, esforço constante de diálogo e veiculação de trabalhos originais. O Dossiê ora apresentado pretende colaborar nesta contenda, mas mais que isso. A relevância da escolha temática é justificada por três motivos, que se cruzam entre si: no âmbito da política institucional, países latino-americanos vivenciam um revés da participação feminina em cargos executivos. Após um período de governos progressistas descrito como “onda rosa”, onde inúmeras presidências foram exercidas por mulheres, a América Latina elegeu políticos com posturas marcadamente machistas. Do ponto de vista dos movimentos sociais, as mulheres protagonizaram levantes consideráveis e singulares, expressos em slogans como o *Fora Cunha*⁴ e o *Ni Una Menos*⁵, que ultrapassaram as fronteiras nacionais e conquistaram solidariedade transnacional. Por último, mas não menos importante, a produção de conhecimento ligada aos “estudos de gênero” tem enfrentado um desafio particular. Parte do anti-intelectualismo e dos valores conservadores difundidos pelas Novas Direitas constroem as pesquisadoras feministas como “inimigas” e ameaças à sociedade.

O objetivo da presente edição da NORUS, cujo título é *Feminismos na América Latina: Movimentos Sociais, Estado e Partidos Políticos*, é divulgar artigos que situam os estudos de gênero como assuntos incontornáveis nas pesquisas sobre os processos sociais e políticos em curso na região. É desse recorte geográfico, e da pluralidade de coletivos e organizações abarcadas na noção de feminismo, que trataremos nesta apresentação. Para tal, dividimos o texto da seguinte forma: em primeiro lugar, realizamos um apanhado dos três tópicos que são objetos centrais da publicação; em seguida, pontuamos mais especificamente a tensa relação entre o feminismo e o conservadorismo, alterada significativamente pelo avanço do neoliberalismo ao redor do globo;

⁴ As mulheres foram atrizes importantes em 2015, protestando seguidamente nas ruas contra o Projeto de Lei - PL 5069, proposto pelo então deputado Eduardo Cunha (PMDB), atualmente preso. O movimento ficou conhecido como *Fora Cunha* e se opunha à implementação da lei, que complicaria o acesso ao aborto legal no Brasil. Para mais informações, ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/politica/1447346906_965515.html> Acesso em 28/08/2019.

⁵ O Coletivo *Ni Una Menos* surgiu na Argentina, em 2015, mas se expandiu para Uruguai e Chile, com marchas multitudinárias contra a violência de gênero. Para mais informações, ver: <<http://niunamenos.org.ar/>> Acesso em 28/08/2019.

por fim, discorreremos sobre a composição e o conteúdo dos trabalhos que integram o dossiê.

Parte I: eixos que estruturam a organização do dossiê

Os *movimentos sociais* são territórios de atuação privilegiada das mulheres na América Latina, presentes em espaços mistos, autônomos e em outras frentes de ação coletiva. Atualmente, é possível observar a organização de mulheres - identificadas ou não como feministas - em distintos campos de reivindicação e mobilização nos países da região, relativos à temática de gênero, embora não exclusivamente. No campo e na cidade, a inserção feminina se dá nas lutas por terra e por moradia, contra a pobreza e a fome, pelo fim da violência sexista e pela garantia de direitos sexuais e reprodutivos. Nas últimas quatro décadas, a atuação contínua de ativistas feministas possibilitou que o desenvolvimento de políticas públicas e a expansão de direitos sociais à saúde e à educação, incluísse um olhar mais atento a grupos oprimidos.

A realidade latino-americana proporciona uma série de casos que atestam a diversidade de atuação da militância de mulheres, tais como, na Argentina, as *Abuelas de Plaza de Mayo*, que localizaram e restituíram às suas famílias legítimas 130⁶ bebês e crianças apropriadas pela última ditadura militar (1976-1983), contribuindo para a consolidação democrática do país; a Marcha das Margaridas, realizada pela primeira vez em 2000, no Brasil, que reuniu em 2019 cerca de 100 mil mulheres pela preservação de bens comuns e em defesa da previdência social⁷; no Equador, os avanços do movimento indígena e do Estado plurinacional, que levaram adiante demandas históricas dos direitos das mulheres indígenas; no México, o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1994, que ocorreu embebido de uma rica discussão sobre os direitos das mulheres, consubstanciado nas demandas da *Ley Revolucionaria de Mujeres* de 1993, um ano antes (GOMES e BENZAQUEN, 2018).

⁶ Informação disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/199479-abuelas-encontro-al-nieto-130>>. Acesso em 27/08/2019.

⁷ Informação disponível em : <<https://www.brasildefato.com.br/2019/08/12/marcha-das-margaridas-2019-espera-reunir-mais-de-100-mil-mulheres-em-brasilia/>>. Acesso em 27/08/2019.

A construção e a atual preservação da democracia na América Latina possui, de forma definitiva, a marca da organização coletiva das mulheres. Não à toa os retrocessos atualmente levados a cabo por governos de direita e que contam com forte apoio de novas lideranças e organizações conservadoras da região, como bem observado por Messenberg (2017) e Tatagiba (2017) para o caso brasileiro, tem as mulheres e demais grupos sociais minoritários como alvo principal. Um dos indicadores desse movimento é a feminização da pobreza, categoria utilizada para explicar o empobrecimento progressivo das mulheres e o subsequente aumento das desigualdades de gênero entre ambos os sexos (PEARCE, 1978), que tem se agravado recentemente na região (NOVELLINO, 2016).

Neste contexto, é possível pontuar tanto uma tensão inicial entre novas e antigas gerações de mulheres e feministas, bem como um esforço renovado em conectar pautas universais às demandas históricas específicas destes movimentos. No âmbito da violência contra a mulher, por exemplo, o seu combate extrapola o ambiente doméstico e chega com força ao espaço público, como pode ser visto na campanha #ChegaDeFiuFiu⁸, no Brasil, ou nos diversos movimentos contra o *acoso callejero* – ou o assédio realizado na rua – em diversos países da América Latina. A hegemonia neoliberal, no entanto, impõe severos desafios às experiências de resistência e de aberturas de brechas nas ruas e na institucionalidade ao feminismo latino-americano.

No *campo estatal*, dois processos distintos chamam atenção a isso. Por um lado, países da região viveram a chamada “onda rosa”⁹, um período de ascensão de governos progressistas, liderados especialmente por mulheres, que muitas vezes chegaram a representar as primeiras a ocupar cargos executivos¹⁰ (ENGLER, 2018). Por outro, após uma temporada de eleições e reeleições de partidos de esquerda, os Estados latino-americanos têm sido palco de ofensivas conservadoras com forte impacto sobre os direitos das

⁸ A Campanha #ChegaDeFiuFiu, ocorrida majoritariamente *online*, foi iniciada em 2013, pelo Coletivo Think Olga, chamando a atenção para o assédio sexual em espaços públicos. Para mais informações, ver: <<https://thinkolga.com/2018/01/31/chega-de-fiu-fiu/>>. Acesso em 28/08/2019.

⁹ Para mais informações, ver Pereira da Silva (2018).

¹⁰ Alguns exemplos de lideranças femininas são: Dilma Rouseff (Brasil), Cristina Fernández (Argentina), Michelle Bachelet (Chile), Laura Chinchilla (Costa Rica), Portia Simpson (Jamaica) e Kamla Persad-Bissessar (Trinidad y Tobago).

mulheres e diversas reações de distintos movimentos sociais, como já observado anteriormente.

Na Argentina e no Chile, por exemplo, as presidentas Michelle Bachelet e Cristina Kirchner saíram de cena para dar lugar aos novos eleitos e representantes de partidos de direita, Mauricio Macri e Sebastián Piñera, respectivamente. Por sua vez, no Brasil, Dilma Rousseff foi destituída de sua posição, em 2016, em um procedimento controverso em que farta literatura acadêmica nomeou de “golpe” (SANTOS, 2017; SANTOS e GUARNIERI, 2016; GENTILI, 2016; JINKINGS ET AL., 2016). Na Colômbia, no plebiscito sobre os acordos de paz, a coalizão do “Não” acusou os seus opositores de “estarem usando a paz como uma desculpa para impor a ideologia de gênero” ¹¹. A aproximação à posicionamentos de grupos “pró-família” e “pró-vida” sem relação com a temática da consulta, como a defesa de modelos familiares tradicionais, acabou sendo fundamental para a mobilização de votantes, e o acordo terminou rechaçado (GAMBOA, 2019, p. 197).

A temática da “ideologia de gênero” foi igualmente mobilizada no Brasil como um elemento no amálgama conservador que ganhou terreno nos últimos anos ¹² (CARABETTA, CURZI, 2018). O ápice da ofensiva conservadora no país, no entanto, ocorreu em 2018, com a eleição presidencial de Jair Bolsonaro, e a vitória de um programa político responsável por conjugar mais uma vez autoritarismo e neoliberalismo na América Latina, acontecimento visto anteriormente apenas sob os regimes ditatoriais de Augusto Pinochet (1973-1990) no Chile, e de Alberto Fujimori (1990-2000), no Peru. Aliado à estes dois fatores, tem-se a adoção de um discurso e de uma prática política de cunho notadamente conservador no âmbito comportamental, como evidenciado pela proposta do Movimento Escola Sem Partido (SANTOS e TANSCHKEIT, 2019; SEVERO, GONÇALVES e ESTRADA, 2019).

¹¹ Informação disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/10/09/world/americas/colombian-opposition-to-peace-deal-feeds-off-gay-rights-backlash.html>>. Acesso em 21/08/2019.

¹² O episódio envolvendo a teórica estadunidense Judith Butler foi emblemático, com a queima de uma boneca com o seu rosto, em São Paulo, em frente ao local em que a filósofa ministrava uma palestra. Para maiores informações, ver: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2017/11/manifestantes-contr-a-a-favor-de-judith-butler-protestam-em-sp-boneco-com-rosto-de-filosofa-e-queimado-cj9q01zlj0ik601lctupq1eri.html>> Acesso em 22 de agosto de 2019.

Os *partidos políticos* ainda são a principal barreira para o acesso das mulheres ao poder político formal na América Latina (DEL CAMPO, 2005). Os recentes avanços na representação descritiva, expressos notadamente nas presidências de Isabel Allende (2015-2017) no Partido Socialista do Chile, de Monica Xavier (2012-2015) na Frente Ampla do Uruguai e de Gleisi Hoffman (2017-) no Partido dos Trabalhadores no Brasil, não estão associados a ganhos em representação substantiva: se as mulheres são vistas, elas não são ouvidas. Mesmo com a existência de cotas em várias organizações para impulsionar a representação política feminina em suas direções, as mulheres ocupam apenas 23% das posições dos níveis mais altos das executivas nacionais dos partidos políticos (MORGAN e HINOJOSA, 2018, p. 76).

A ideologia também não parece ter o peso esperado, e em diversos casos o laço preferencial das mulheres ocorre com partidos políticos de direita, como no Chile com a União Democrática Independente, no Peru com os *fujimoristas* e no Uruguai com o Partido Colorado (MORGAN e HINOJOSA, 2018, p. 87). Agremiações como estas, no entanto, são porta-vozes de demandas conservadoras, destinadas a conter os crescentes questionamentos à divisão sexual do trabalho e à vinculação quase que natural das mulheres às atividades associadas à esfera privada. Apesar dos partidos políticos de esquerda serem mais sensíveis às reivindicações do feminismo, como o acesso à educação e a promoção de emprego para as mulheres, o fato destas demandas não serem prioritárias em seus programas políticos faz com que esta relação seja de contínua e longínqua tensão ¹³ (ALVAREZ ET AL., 2003).

Os partidos políticos, e em especial os de esquerda¹⁴, são o elo entre os movimentos sociais e o Estado para a representação política tanto descritiva quanto substantiva das mulheres - e ocupam atualmente apenas 28% dos assentos no Legislativo na região ¹⁵. A observação não é nenhuma

¹³ A tensão remonta à origem e ao desenvolvimento dos partidos de esquerda em suas mais diversas vertentes, como comunistas, socialistas e socialdemocratas. Para um retrato contemporâneo desta controvérsia, ver, por exemplo, artigo de opinião de Julie Bindel sobre o Partido Trabalhista do Reino Unido. Disponível em: <<https://unherd.com/2018/09/left-forgotten-feminism-looks-like/>>. Acesso em 27/08/2019.

¹⁴ A ênfase é justificada porque, ao menos na América Latina, partidos políticos de esquerda selecionaram e elegeram mais mulheres ao Legislativo do que partidos políticos de direita (SCHWINDT-BAYER, 2018)

¹⁵ Informação disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/e-a-igualdade-de-genero-na-america-latina.shtml>>. Acesso em 27/08/2019.

novidade, afinal, a presença das mulheres nessas organizações foi fundamental para avanços em igualdade de gênero, como na transição à democracia (ALVAREZ, 2000) e no fenômeno recente da “onda rosa” (SCHWINDT-BAYER, 2018).

Neste sentido, exemplos como a Arguição de Descumprimento de Prefeito Fundamental 442 ajuizada em 2017 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Brasil, que alega que os dispositivos que criminalizam o aborto provocado pela gestante ou realizado com sua autorização violam a Constituição Federal, devem ser valorizados. A iniciativa ocorreu em articulação com diversos coletivos feministas, que lançaram em conjunto com o partido político a campanha *Nem Presa, Nem Morta*¹⁶, e é uma relevante experiência de recepção da agenda do feminismo e de como esta atuação integrada pode fazer frente à ofensiva conservadora em curso na região.

Parte II: feminismo, conservadorismo e avanço do neoliberalismo

A ofensiva conservadora atingiu de forma decisiva o Estado e impôs múltiplos desafios aos movimentos sociais e aos partidos políticos, em especial os relativos ao feminismo e à luta por igualdade. O seu avanço ocorre em conjunto com o ressurgimento do neoliberalismo na América Latina e a sua tradicional disputa pela construção democrática na região: mais do que um pacote de reformas orientadas ao mercado, as políticas neoliberais têm como objetivo estabelecer uma nova ordem baseada na sobreposição do coletivo pelo individual e na separação entre a sociedade e a política (DAGNINO, 2004; ROBERTS, 2015).

Uma das principais vitórias do neoliberalismo na América Latina foi a expansão da tecnocracia e o subsequente afastamento do Estado e do sistema político das pressões societárias notadamente exercidas pelos movimentos sociais e pelas agremiações partidárias de esquerda (DAGNINO, 2004; ROBERTS, 2015). Na década de 1990, isto contribuiu para uma crescente desresponsabilização do Estado em relação à efetivação de políticas públicas destinadas a atenuar a principal dificuldade da região: os acentuados níveis

¹⁶ Para mais informações sobre a campanha, ver <<http://www.nempresanemmorta.bonde.org>>. Acesso em 27/08/2019.

de desigualdades sociais e econômicas. O enfrentamento à doutrina neoliberal ocorreu por meio da atuação de atores da sociedade civil e da sociedade política em espaços de convergência como o Fórum Social Mundial, mas também em campanhas de nível continental, como o plebiscito sobre a Área Nacional de Livre Comércio para as Américas (ALCA), realizado em 2002 sob o lema “soberania não se negocia”¹⁷.

Nas últimas duas décadas, a denúncia ao caráter excludente do neoliberalismo colocou em xeque as ideias e o programa político da direita (ROBERTS, 2015) e possibilitou a ascensão de governos de esquerda na região (ZUCATTO e TANSCHKEIT, 2019). Após sucessivas derrotas eleitorais por parte de seus representantes, o retorno deste projeto na América Latina ocorreu por meio de sua vinculação ao conservadorismo crescente na região e os seus efeitos sobre a vida das mulheres já podem ser observados.

Neste contexto, a América Latina experimenta um retrocesso considerável em relação às políticas destinadas à construção, ainda que incipiente, de um Estado de Bem Estar Social em seus países, como a ênfase na retirada de direitos até então estabelecidos, como ocorreu com a aprovação das reformas trabalhista¹⁸ e da previdência¹⁹ no Brasil. As ameaças às mulheres são das mais diversas naturezas e podem ser expressas de forma dramática pelo aumento considerável das taxas de violência de gênero na região. Segundo um relatório da ONU Mulheres, a região é a mais perigosa do mundo, em um quadro que assemelha-se a uma zona de guerra: apenas em 2017, foram 2.559 mulheres assassinadas em seu território²⁰.

É importante assinalar que as elevadas taxas de violência contra as mulheres igualmente podem ser observadas em governos de esquerda, como no México do presidente Andrés Manuel López Obrador, do *Movimiento*

¹⁷ Informação disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1809200202.htm>>. Acesso em 27/08/2019.

¹⁸ A reforma trabalhista foi aprovada em 2017, no Brasil, a partir de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) instrumentalizada pela Lei 13.467 de 2017. Para mais informações, ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm> Acesso em 22/08/2019.

¹⁹ A reforma da previdência – Proposta de Emenda à Constituição nº 6 de 2019 já foi aprovada na Câmara dos Deputados e está em suas últimas fases de tramitação no Senado Federal. Ver: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/08/27/relatorio-da-reforma-da-previdencia-e-apresentado-com-mudancas>>. Acesso em 28/08/2019.

²⁰ Informação disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html>. Acesso em 21/08/2019.

Regeneración Nacional (MORENA), empossado em julho de 2018. Só em 2019, foram 217 mulheres mortas no país²¹. O que podemos afirmar é que a precarização das condições de vida ensejadas pelo avanço do neoliberalismo parece ter como um de seus principais efeitos a piora substantiva das condições de vida das mulheres na região, como o episódio dos feminicídios em Ciudad Juárez²², desde os anos 1990, tornou emblemático (FALQUET, 2017).

Ainda assim, nos últimos anos é possível observar uma notável reação do movimento feminista latino-americano, que acompanha o momento conturbado da região e se expressa, dentre outras formas, com a proclamação de “greves gerais” das mulheres. Dessa forma, desde 2017, foram convocados esses eventos nas datas de comemoração - e de luta - dia oito de março, Dia Internacional da Mulher, contra as medidas de austeridade destes governos e suas consequências sobre a divisão sexual do trabalho²³.

Desde então, as perspectivas traçadas pelos movimentos sociais e coletivos autônomos de mulheres e adolescentes, parecem ter sido fortalecidas pela popularização de *outro* feminismo, com organizações menos institucionalizadas e a difusão de um discurso feminista *pop*. O protagonismo das adolescentes e o surgimento de um feminismo nas ocupações estudantis de escolas e universidades no Brasil²⁴ e no Chile²⁵, por exemplo, também dão

²¹ Informação disponível em: <<https://noticieros.televisa.com/historia/mexico-cifras-alcanzan-3-femicidios-diarios-mas-50-violaciones/amp>>. Acesso em 22 de agosto de 2019..

²² Desde o início da década de 1990, coincidindo com a entrada do México no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1994, foram mortas milhares de jovens mulheres em Ciudad Juárez, na fronteira norte do país, sobretudo mulheres que trabalhavam nas *maquillas*, indústrias de produtos voltados para o mercado estadunidense. Para mais informações, ver: <<https://heraldodemexico.com.mx/estados/en-25-anos-van-1775-femicidios-en-ciudad-juarez/>> Acesso em 28 de agosto de 2019.

²³ Conceito cunhado por Daniele Kergoat, feminista materialista francesa, que conta com dois princípios organizadores: a separação do que é trabalho de homens e de mulheres e a hierarquia, que considera que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres. Para mais informações, ver: <<https://www.sof.org.br/2011/06/20/a-divisao-sexual-do-trabalho-como-base-material-das-relacoes-de-genero/>> Acesso em 28 de agosto de 2019.

²⁴ As ocupações estudantis no Brasil ocorreram entre os anos de 2015 e 2016, iniciadas em São Paulo, mas com grande abrangência no país no ano seguinte, com distintas demandas ligadas à democratização do espaço escolar, notadamente nas escolas públicas. Ainda assim, é possível notar uma forte presença de discursos e práticas feministas nas adolescentes. Para mais informações, ver: Leite (2017).

²⁵ No Chile, as ocupações estudantis vem sendo um tema desde 2006, com a *Rebelión de los Pingüines*, como ficou conhecido o movimento de ocupação das escolas, que ganhou uma nova força, em 2011, com outras ocupações e a demanda pela estatização da educação, e em 2018, parte da *Nueva Ola Feminista Chilena*. Essa última, foi realizada por estudantes secundárias e universitárias, com demandas por medidas contra acusados por crimes de abuso sexual, fim do sexismo, oficinas por igualdade de gênero, entre outras.

indícios de expansão de práticas ativistas entre gerações mais novas, bem como em setores particularmente relacionados com a produção de conhecimento.

Outro exemplo pode ser visto no início de 2018, com a inflexão proporcionada pelo assassinato brutal da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL), que fomentou uma rede de solidariedade entre feministas latino-americanas com atos que se espalharam por lugares como a Argentina, o Chile e o Uruguai. Dois anos antes, em Honduras, a morte da ativista Berta Cáceres²⁶, à frente do movimento anti-mineração *Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas* (COPINH), era objeto de comoção semelhante, com significativa difusão em redes sociais e ações coletivas.

Além disso, o direito ao aborto, uma das demandas importantes nas manifestações no Brasil em 2015 e um dos principais motes da chamada “Primavera Feminista” no país avançou no continente latinoamericano. No Chile, esta foi um dos últimos legados de Michelle Bachelet em 2017, passando a ser permitido em condições equiparadas às brasileiras – em caso de estupro, risco de vida para mãe ou gestação de fetos anencéfalos –, e segue sendo, ainda, centro de intensas reivindicações de feministas argentinas com os “*pañuelazos*”, ciclos de protestos em que panos verdes simbolizam as demandas do movimento (GOMES e TANSCHKEIT, 2017).

A configuração recente do movimento feminista no Uruguai, por sua vez, parece ter como central as manifestações convocadas pela *Coordinadora de Feminismos de Uruguay* e seus alertas feministas, convocações de marchas após as notícias de feminicídio na região. É importante constatar que os casos de violência contra a mulher atingiram uma cifra considerável no país de cerca de três milhões e quinhentos mil habitantes, e mobilizam as feministas em uma base regular, que sai às ruas para denunciar as violências cometidas.

A permanência de lutas tão antigas, e sua conjugação com novas demandas, tal como o contínuo aumento das contestações feministas em ambientes intelectuais é um convite a consolidação de análises acadêmicas

²⁶ As circunstâncias de ambas as mortes até o momento de encerramento do texto não foram esclarecidas.

rigorosas em conciliação à geração de conhecimento comprometida com transformações políticas. Esses breves relatos de manifestações que marcam a história recente de alguns países latino-americanos nos conduz à necessária união entre teoria e prática, objetivo central da edição de *Feminismo na América Latina: Movimentos Sociais, Estado e Partidos Políticos*. Escrever, publicar e debater assuntos sociais e políticos sobre um viés de gênero é uma ação prioritária para os desafios enfrentados atualmente.

Os artigos apresentados estão inseridos em um período de atenuação dos efeitos do neoliberalismo sobre a América Latina: de conquista, expansão e consolidação de direitos sociais e de políticas para as mulheres; e de ampliação e diversificação do feminismo na região. São os casos das leis de combate à violência doméstica contra a mulher, como a Lei nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha²⁷, no Brasil. Da tipificação do feminicídio na maioria dos países da América Latina. Da implementação do aborto legal até as 12 semanas de gravidez em 2007, exclusivamente na capital do México: Cidade do México, e em 2012, em todo o Uruguai.

Dessa forma, importa considerarmos a expansão do neoliberalismo e dos avanços das Novas Direitas, passada à “onda rosa”, à luz da retirada dos avanços legislativos conquistados pelas mulheres na América Latina. Os avanços trazidos por governos progressistas no continente convivem atualmente com retrocessos e *fake news* que envolvem supostamente a proteção da imagem da família, e um retorno à imagem idealizada de mulheres dóceis. Conquanto essas ameaças sejam cada vez mais comuns - e possam ser refletidas no aumento dos índices de violência contra as mulheres - cabe lembrar que o movimento feminista implica em construções coletivas históricas, e, portanto, estas duas dimensões precisam estar articuladas para os novos desafios impostos. A discussão trazida a seguir no Dossiê busca articular alguns desses impasses contemporâneos.

Parte III: a composição do dossiê

²⁷ Para maiores informações, ver: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>

Além desta apresentação, o Dossiê *Feminismos na América Latina: Movimentos Sociais, Estado e Partidos Políticos* reúne doze artigos e uma entrevista realizada com três referências das grandes áreas das ciências sociais, vinculadas a instituições do Brasil, do México e da Argentina: Flávia Biroli, Flavia Freidenberg e Verónica Gago. O diálogo, que abordou os temas centrais da presente edição da NORUS, foi livremente traduzido e preparado em três idiomas - português, espanhol e inglês. O intuito é facilitar a circulação do conteúdo entre pessoas de diferentes capacidades linguísticas. A versão em inglês, vale ressaltar, se tornou possível graças à colaboração das colegas Ana Beatriz Martins, Clara Faulhaber, Isadora Vianna Sento-Sé, Karine Belarmino e Lorena Miguel, a quem agradecemos enormemente.

Conforme mencionado no Editorial (pág. 1), as perspectivas que disseminamos ao público derivam de variadas procedências geográficas, que agregam distintos vínculos institucionais e/ou enfoques de regiões do contexto brasileiro (Nordeste, Sudeste e Sul) e inúmeros países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, México e Uruguai). No que pesa à pluralidade, a interdisciplinaridade, característica marcante dos estudos de gênero, oscilou em contribuições de pessoas com atuação profissional na ciência política, sociologia, educação, ciências sociais, geografia, desenvolvimento rural e segurança alimentar. A “generificação” do debate sobre feminismo foi moderadamente constatada: dentre os doze artigos aceitos ao dossiê, homens participaram de 42%, ainda que somente um texto seja de autoria exclusivamente masculina.

Os textos, por seu turno, transitam entre a teoria social, a violência, a política institucional, os movimentos sociais rurais e urbanos, a mídia e as questões de representação, a história das ciências sociais e a religião. O artigo que inicia a edição, “Teorias Críticas Feministas: Transgresoras! Criativas! Una contribución a los desafíos de la teoría social en América Latina” redigido por Catalina María Tabares Ochoa, discute o legado do pensamento feminista à teoria social global, mas, em especial, à latino-americana, confrontando o que argumenta ser uma falta de reconhecimento epistêmico. O aporte seguinte, de autoria de Carolina Freitas de Oliveira Silva, Marcus Vinicius Spolle e Amílcar Cardoso Vilaça de Freitas, “O feminicídio no Brasil, México e Costa Rica:

algumas considerações sobre o tema”, interpela, a partir de um estudo comparativo, a trajetória de criação de legislações para combater um dos problemas mais caros à nossa região, a violência de gênero.

Os seis escritos subsequentes tocam a política, sendo distribuídos em observações sobre as relações do feminismo com aspectos institucionais de governo e os movimentos sociais. Em “Nosotras, entre defender lo propio y avanzar a la amplitud: Feminismo, izquierda y democracia en el Uruguay de los 80”, Ana Laura de Giorgi recorre a fontes primárias, quais sejam, revistas e documentos de partidos políticos, para retomar um momento particular da história do feminismo uruguaio de esquerda, avaliando a conjuntura de constrangimentos e potencialidades ao ativismo de mulheres durante o período de transição à democracia no país. A autora posterior, Ananda Winter, também elabora um estudo de caso com abrangência nacional, desta vez relatando os resultados de entrevistas efetivadas para mensurar percepções sobre medidas de inserção feminina na política institucional boliviana (ver em “Os sentidos da paridade de gênero na Bolívia e os elementos da sua constante transformação”).

A seção referida mais propriamente aos movimentos sociais começa com o artigo “Florescer Feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina”, de Lia Pinheiro Barbosa, que pretende examinar historicamente concepções erigidas nas tensões entre as ideias zapatistas, as teóricas feministas e os feminismos populares. Após o texto de Barbosa, Iolanda Araujo Ferreira dos Santos e Everton Lazzaretti Picolotto aparecem na coautoria de “As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos”, que empreende um recorte de gênero a um dos casos mais estudados nesta sub-área da sociologia política, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Caminhando novamente à especificidade de organizações coletivas só de mulheres, Debora Fragata e Silvia Aparecida Zimmermann conduzem pesquisas documentais e bibliográficas, assim como entrevistas semi-estruturadas, para narrar a história do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (ver em “O Movimento de Mulheres Camponesas na construção do Feminismo Camponês Popular: protagonismo feminino, práticas feministas e história de luta”). Por fim, Jonas

Marcondes Sarubi de Medeiros, o único a investigar dinâmicas no espaço urbano, trabalha com entrevistas, observação participante e análise de redes sociais, identificando dois momentos distintos, evidenciados em “Do “feminismo popular” ao “feminismo periférico”: mudanças estruturais em contrapúblicos da Zona Leste de São Paulo”.

Os quatro últimos artigos elencados no dossiê indagam pontos relativamente distintos. “A cobertura jornalística sobre o feminismo brasileiro (1921 a 2016): relação de público e privado na narrativa sobre o ativismo”, de Rayza Sarmiento, fornece dados de quase um século de produção de notícias sobre movimentos de mulheres na Folha de São Paulo, um dos jornais impressos de maior circulação no país, se constituindo como referência relevante ao campo de mídia e política. “A institucionalização dos estudos de mulheres, gênero e feminismo em tempos de ditadura militar”, de Gabriela Caruso, acresce à literatura de história das ciências sociais a partir de uma revisão crítica da bibliografia que narrou a trajetória deste campo interdisciplinar de conhecimento. “Religião e Gênero: onde emerge o feminismo?”, de Alesca Prado de Oliveira e Alessandro Gomes Enoque, propõe apreender como um pequeno grupo de fiéis e ex-fiéis de igrejas protestantes assimila a luta de mulheres por direitos. Para encerrar, “Os Padrões de Identificação da Mulher Brasileira no Exterior: o Caso das Intercambistas da Universidade Federal Fluminense”, de Marianna Albuquerque, Danillo Bragança e Larissa Lima, concilia teorias feministas e pós-coloniais das relações internacionais à análise empírica de resultados de um *survey* aplicado a estudantes da UFF que viajaram ao exterior, chegando a conclusões sobre uma dupla opressão: discriminações suscitadas pela condição feminina e pela posição de pessoa do “Terceiro Mundo”.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

Referências Bibliográficas

ALVAREZ SONIA. JAY FRIEDMAN, Elisabeth BECKMAN, Ericka. BLACKWELL, MAYLEI. STOLTZ CHINCHILLA, NORMA. LEBON, NATHALIE. NAVARRO, MARYSA. RÍOS TOBAR, MARCELA. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Estudos Feministas**, v.11, n.2, 2003.

ALVAREZ, Sonia. Translating the global: effects of transnational organizing on Latin American feminist discourses and practices. **Meridians: A Journal of Feminisms, Race, Transnationalism**, v.1, n.1, 2000.

CANDIDO, Marcia. FERES JÚNIOR, João. CAMPOS, Luiz Augusto. Desigualdades na Elite da Ciência Política Brasileira. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v.19, n.3, 2019, *no prelo*.

CARABETTA, João Luiz. MENDONÇA, Yasmin Curzi. Novas direitas e a ideologia da “ideologia de gênero”: uma análise da mobilização da agenda moral pelo MBL. **42º Encontro Anual da ANPOCS**, 2018.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, v.3, n.5, 2004.

DEL CAMPO, Esther. Women and politics in Latin America. **Social Forces**, v.83, n.4, 2005.

ENGLER, Verónica. La actualidad de las mujeres em la política latinoamericana. **Nueva Sociedad**, 2018. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/la-actualidad-de-las-mujeres-en-la-politica-latinoamericana/>>. Acesso em 29/08/2019.

FALQUET, Jules. **Pax neoliberalia – Perspectivas feministas sobre (la reorganización) de la violencia contra las mujeres**. Buenos Aires: Madreselva, 2017.

FARIA, NALU. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu. POULIN, Richard. **Desafios do livre-mercado para o feminismo**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2005.

GAMBOA, Laura. El reajuste de la derecha colombiana. El éxito electoral del uribismo. **Colombia Internacional**, v.99, 2019.

GENTILI, Pablo. **Golpe en Brasil. Genealogía de una farsa**. Buenos Aires: Clacso, 2016

GOMES, Murilo. TANSCHKEIT, Talita. O direito ao aborto na América do Sul: os casos do Chile, do Brasil e do Uruguais. **Boletim OPSA**, n.3, jul./set., 2017

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. A inflexão zapatista: o Congresso Nacional Indígena e a candidatura presidencial em 2018. **Ciências Sociais Unisinos**, v.54, n.2, 2018.

JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. KLETO, Murilo. **Porque gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016

KEY, Ellen. SUMMER, Jane. You Research Like a Girl: Gendered Research Agendas and Their Implications. **PS: Politics & Science**, v.52, n.2, 2019.

LEITE, Miriam Soares. No colégio dos alunos, por alunos, para alunos”: feminismo e desconstrução em narrativas das ocupações. **ETD - Educação Temática Digital**, v.19, 2017.

LEVITSKY, Steven. ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MATOS, Marlise. A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira. In: AVRITZER, Leonardo. MILANI, Carlos. SOCORRO BRAGA, Maria.. **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2016.

MESSEMBERG, Debora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v.32, n.3, 2017.

MORGAN, Jana. HINOJOSA, Magda. Women in political parties: seen but not heard. In: SCHWINDT-BAYER. **Gender and Representation in Latin America**, New York: Oxford University Press, 2018

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2016.

PEARCE, Diana. The feminization of poverty: women, work, and welfare. **Urban and Social Change Review**, v.11, n.1-2, 1978.

REID, Rebecca. CURRY, Todd. Are we there yet? Addressing diversity in Political Science subfields. **PS: Political Science & Politics**, v.52, n.2, 2019.

ROBERTS, Kenneth. **Changing course in Latin America: party systems in the neoliberal era**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

RUNCIMAN, David. **Como as democracias chegam ao fim**. São Paulo: Zahar, 2018.

SANTOS, Fabiano. GUARNIERI, Fernando. From protest to parliamentary coup: an overview of Brazil's recent history. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v.4, n.2, 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2017.

SANTOS, Fabiano. TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**, v.99, 2019.

SCHWINDT-BAYER, An introduction to gender and representation in Latin America. In : SCHWINDT-BAYER. **Gender and representation in Latin America**, New York : Oxford University Press, 2018

SEVERO, Ricardo Gonçalves. GONCALVES, Suzane da Rocha Vieira. ESTRADA, Rodrigo Duque. A rede de difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. **Educação & Realidade**, v.44, n.3, 2019.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. O fim da onda rosa e o neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Sinais Sociais**, v.11, n. 33, 2017.

TODD, Sarah. A top US political science journal ignored race and gender – until 12 women took over. QZ: Quartz at Work, Jul. 2019. Disponível em: <<https://qz.com/work/1679115/the-top-us-political-science-journal-will-now-be-led-by-12-female->

professors/?fbclid=IwAR22q9Ow4Df39RcFQZqegiVVEBEthKcKEZYpeF9UEli
1taMsS6Cps_4M6x8> Acesso em 28/08/2019.

TRISTAN, Flora.[1844] **A União Operária**. São Paulo: Fundação Perseu
Abramo, 2016.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São
Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

ZUCATTO, Giovana. A luta contra a adversidade: aprovação de governos de
direita na america do Sul. **Boletim OPSA**, n.2, abr./jun., 2019.